

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I
Disposições gerais
CAPÍTULO V
Finanças locais

Artigo 60.º - A
Taxa de Ocupação de Subsolo

Em 2023, a taxa de ocupação de subsolo, prevista na Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, deixa de poder ser cobrada pelas concessionárias de gás natural aos consumidores finais.

Nota Informativa:

Atualmente, 60 municípios a nível nacional, cobram a Taxa de Ocupação de Subsolo (TOS) aos Operadores de Rede de Distribuição de Gás Natural que é repercutida nos utilizadores das redes. Esta taxa varia em função do local de residência, do consumo e do número de dias faturados.

No entanto, a Lei não obriga à cobrança desta taxa, deixando a cada autarquia a decisão, sem que, para o efeito, estejam definidos quaisquer limites ou critérios.

A Associação Nacional de Municípios (ANMP) considera que a taxa sobre ocupação de subsolo, deveria ser assumida pelas empresas e não pelos consumidores.

Assim, considera-se que esta “dupla tributação” empresa/consumidor representa mais um encargo para as famílias, que atualmente, com o aumento do preço de energia,



estão já no limite, pelo que a sua cobrança por parte das empresas deverá deixar de existir.

São Bento, 9 de novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa